



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Ed. Sede - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativo, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 612022-7672 e - <http://www.mec.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA - ORGANISMO INTERNACIONAL

PROCESSO Nº 23000.008567/2025-96

| TERMO DE REFERÊNCIA | |
|-----------------------------------|---|
| Título e Código do Projeto | PROJETO 914BRZ1155 “PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DA INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS”. |
| Local(is) de Trabalho | Território nacional |
| Período do contrato: | Início: Após a assinatura do contrato Término: 330 dias após a assinatura do contrato |
| Valor total: | R\$ 179.520,00 (cento e setenta e nove mil e quinhentos e vinte reais) |
| Número de vagas: | 01 (uma) vaga |
| Enquadramento no Prodoc | Resultado 1.1: Processos de formulação e implementação de Programas e ações no âmbito das áreas de atuação da SECADI ajustados à aplicação de critérios de promoção da equidade e da valorização da Diversidade; Atividade 1.1.1: Realizar análises e propor estratégias de articulação Inter federativa e/ou intersetorial para a implementação de programas e ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os quais a Secretaria tem competência. Atividade 1.1.2: Elaborar estudos sobre metodologias participativas de formulação e implementação de programas e ações de governo voltadas à educação, visando à inclusão e à equidade. Atividade 1.1.3: Produzir estudos que subsidiem a normatização, o planejamento e o desenvolvimento de práticas e instâncias de formulação e implementação de programas e ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os quais a Secretaria tem competência. |

1. FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Consultoria especializada para desenvolvimento de estudos subsidiários para fortalecer a capacidade de gestão e governança na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI, por meio da elaboração de documentos técnicos e de manuais de orientação que sirvam de base para a implementação de uma estrutura de governança federativa eficiente e transparente.

a. Contexto da consultoria

O projeto “Promoção da Equidade e da Inclusão e Valorização da Diversidade na Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos” tem por objetivo geral ampliar e fortalecer a atuação da UNESCO no Brasil, no sentido de subsidiar iniciativas e prioridades nacionais indicadas no Plano Nacional de Educação, bem como Programas e projetos indicados pelo MEC, a partir da formulação e implementação de ações que impactam na efetividade, equidade, inclusão e qualidade da educação no Brasil. Este objetivo se coaduna às competências da recém-criada Secretaria de Educação Continuada,

Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão por meio da publicação do Decreto nº 11.691, de 05 de setembro de 2023, quais sejam:

Art. 33. À Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão compete:

I - planejar, coordenar, avaliar e monitorar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a educação das relações étnico-raciais, a alfabetização e a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

II - articular ações de cooperação técnica e financeira entre a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os organismos nacionais e internacionais, voltadas a educação das relações étnico-raciais, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, educação em áreas remanescentes de quilombos, educação em direitos humanos, educação ambiental e educação especial;

III - planejar e coordenar a formulação e a implementação de políticas públicas, em parceria com os sistemas de ensino, destinadas à educação bilíngue de surdos, surdo-cegos e deficientes auditivos que considerem a Língua Brasileira de Sinais - Libras como primeira língua e língua de instrução e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

IV - planejar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação de políticas de educação para a juventude, em articulação com os sistemas de ensino e com os órgãos executores das políticas de juventude, com vistas à garantia do direito à educação por meio da promoção das condições de acesso, participação e aprendizagem com equidade;

V - planejar, coordenar, avaliar e orientar a formulação e a implementação de políticas de educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania, em articulação com os sistemas de ensino, com vistas à superação de preconceitos e à eliminação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar;

VI - coordenar ações transversais para promover educação continuada, alfabetização de jovens e adultos, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, com vistas à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades;

VII - apoiar o desenvolvimento de ações para promover educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, com vistas à efetivação de políticas públicas intersetoriais;

VIII - articular ações de cooperação técnica e financeira com órgãos e entidades públicos voltadas à educação das relações étnico-raciais, à alfabetização e à educação de jovens e adultos, à educação do campo, à educação escolar indígena, à educação em áreas remanescentes de quilombos, à educação em direitos humanos, à educação ambiental, à educação especial e à educação bilíngue para surdos;

IX - acompanhar a condicionalidade em educação de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, em parceria com os sistemas de ensino;

X - coordenar políticas educacionais voltadas à equidade e à redução de desigualdades;

XI - propor o aperfeiçoamento das políticas e dos mecanismos de financiamento da educação básica, em particular do Fundeb, em articulação com a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, os sistemas de ensino e as entidades vinculadas competentes, para a equidade e a redução de desigualdades; e

XII - planejar, coordenar, avaliar e orientar a formulação e a implementação de políticas de enfrentamento da violência escolar, em parceria com os demais órgãos relacionados ao tema.

Dada a amplitude e complexidade de seu campo de atuação, esta Secretaria tem firmado Termos de Acordo de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais com a finalidade de, no âmbito dos objetos dos projetos de cooperação técnica, proporcionar a atuação de especialistas para a realização de estudos, elaboração de referenciais avaliativos, assim como de outras atividades que demandam conhecimentos e experiências específicos.

b. Motivos e relevância

O pacto federativo assegurado na Constituição Federal de 1988 exige para sua concretização um regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Para a educação brasileira, a construção e implementação de políticas educacionais efetivas e articuladas entre os sistemas de ensino são fortes indutores da garantia do direito à educação com equidade. Marcos legais da educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) indicam o regime de colaboração como condição necessária para a aprendizagem e qualidade da educação. Somase à LDB e ao PNE, a proposta do Sistema Nacional de Educação (SNE) que tem por objetivo aperfeiçoar a organização da educação para que as políticas públicas sejam mais orgânicas e capazes de assegurar o direito constitucional da educação de qualidade para todos. Nesse contexto, o MEC é o órgão responsável pelas políticas educacionais do Brasil e desenvolve ações voltadas à correção das desigualdades educacionais que ocorrem historicamente no país. Isso se refere tanto às políticas em que o Ministério tem implicação direta quanto às diretrizes e regramentos que orientam a oferta da educação brasileira. Para isso, é fundamental que o MEC trabalhe na perspectiva de fortalecer as redes educacionais dos estados e municípios e implemente políticas indutoras, cumprindo o papel estabelecido no artigo 211 da Constituição Federal.

c. Necessidade da consultoria

A presente consultoria se faz necessária no intuito de auxiliar o Ministério da Educação a garantir a equidade no sistema educacional por meio de seu papel indutor de coordenar a educação nacional para que alcance os territórios, assegurando a garantia dos direitos das populações do campo, quilombolas e indígenas e realizando indução de políticas estratégicas através do pagamento de programas e políticas para entes públicos e agentes implementadores para promoção de melhorias de práticas pedagógicas e distribuição de recursos. A gestão educacional descentralizada no Brasil agrava esses problemas. Estados e municípios, responsáveis pela maior parte da gestão, frequentemente carecem de recursos financeiros e técnicos para implementar políticas específicas e eficazes para as populações indígenas e quilombolas. Essa fragmentação resulta em iniciativas desarticuladas, incapazes de atender às demandas dessas comunidades de maneira consistente. Embora o Fundeb seja uma importante fonte de financiamento, ele não é suficiente para equalizar as disparidades regionais e atender às especificidades dessas populações, particularmente em áreas com menor arrecadação tributária.

Por isso, fortalecer a capacidade de gestão e governança na SECADI, por meio da elaboração de documentos técnicos e de manuais de orientação que sirvam de base para a implementação de uma estrutura de governança federativa eficiente e transparente se fazem necessários. Nesse contexto, a estruturação de uma governança federativa sólida para a Diretoria de Política de Educação Escolar Indígena (DIPEEI) e para a Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Ambiental (DIPECEA) é fundamental para garantir que as políticas e programas desenvolvidos por essas diretorias cheguem de forma eficaz aos seus destinatários, com a participação de todos os entes da federação.

2. ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.1: Processos de formulação e implementação de Programas e ações no âmbito das áreas de atuação da SECADI ajustados à aplicação de critérios de promoção da equidade e da valorização da Diversidade;

Atividade 1.1.1: Realizar análises e propor estratégias de articulação Inter federativa e/ou intersetorial para a implementação de programas e ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os :quais a Secretaria tem competência.

Atividade 1.1.2: Elaborar estudos sobre metodologias participativas de formulação e implementação de programas e ações de governo voltadas à educação, visando à inclusão e à equidade.

Atividade 1.1.3: Produzir estudos que subsidiem a normatização, o planejamento e o desenvolvimento de práticas e instâncias de formulação e implementação de programas e

ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os quais a Secretaria tem competência.

3. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Produto 1 – Documento técnico contendo proposta esquemática e definição de perfis, atribuições e responsabilidade para a estrutura de governança federativa para a DIPEEI/SECADI/MEC.

Atividade 1.1: Coletar contribuições das equipes da DIPPEI sobre a governança, políticas públicas e desafios atuais, elaborando um diagnóstico situacional detalhado.

Atividade 1.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias e mapear perfis, atribuições e responsabilidades.

Atividade 1.3: Desenvolver uma proposta de integração dos grupos educacionais, com mecanismos claros de pactuação e coordenação em níveis nacional e subnacional.

Atividade 1.4: Apresentar e validar a proposta com a equipe da DIPEEI, incorporando ajustes necessários para garantir sua viabilidade e alinhamento estratégico.

Produto 2 – Documento técnico contendo proposta esquemática e definição de perfis, atribuições e responsabilidade para a estrutura de governança federativa para a DIPECEA/SECADI/MEC.

Atividade 2.1: Coletar contribuições das equipes da DIPECEA sobre a governança, políticas públicas e desafios atuais, elaborando um diagnóstico situacional detalhado.

Atividade 2.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias e mapear perfis, atribuições e responsabilidades.

Atividade 2.3: Desenvolver uma proposta de integração dos grupos educacionais, com mecanismos claros de pactuação e coordenação em níveis nacional e subnacional.

Atividade 2.4: Apresentar e validar a proposta com a equipe da DIPECEA, incorporando ajustes necessários para garantir sua viabilidade e alinhamento estratégico.

Produto 3 – Documento técnico contendo manual de orientação para o funcionamento da estrutura de governança da Política Nacional de Educação Escolar Indígena no âmbito dos Territórios Etnoeducacionais – PNEEI-TEE.

Atividade 3.1: Coletar contribuições das equipes da PNEEI-TEE sobre a governança, políticas públicas e desafios atuais, elaborando um diagnóstico situacional detalhado.

Atividade 3.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias e mapear perfis, atribuições e responsabilidades.

Atividade 3.3: Desenvolver uma proposta de integração dos grupos educacionais, com mecanismos claros de pactuação e coordenação em níveis nacional e subnacional.

Atividade 3.4: Apresentar e validar a proposta com a equipe da PNEEI-TEE, incorporando ajustes necessários para garantir sua viabilidade e alinhamento estratégico.

Produto 4 – Documento técnico contendo manual de orientação para o funcionamento da estrutura de governança do Pronacampo.

Atividade 3.1: Coletar contribuições da equipe do PRONACAMPO sobre a governança, políticas públicas e desafios atuais, elaborando um diagnóstico situacional detalhado.

Atividade 3.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias e mapear perfis, atribuições e responsabilidades.

Atividade 3.3: Desenvolver uma proposta de integração dos grupos educacionais, com mecanismos claros de pactuação e coordenação em níveis nacional e subnacional.

Atividade 3.4: Apresentar e validar a proposta com a equipe do PRONACAMPO, incorporando ajustes necessários para garantir sua viabilidade e alinhamento estratégico.

Produto 5 – Documento Técnico contendo o portfólio de documentos oficiais a serem compartilhados com os atores da governança do PNEEI-TEE e Pronacampo, além de proposta de Cronograma Formativo e de atividades para cada uma das redes de governança.

Atividade 5.1: Elaborar um relatório final contendo a sistematização detalhada do trabalho realizado, os resultados alcançados e as perspectivas para desafios futuros.

Atividade 5.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias e mapear perfis, atribuições e responsabilidades.

Atividade 5.3: Desenvolver uma proposta de cronograma formativo e de atividades para cada uma das redes de governança.

Atividade 5.4: Apresentar e validar a proposta com as equipes envolvidas, incorporando ajustes necessários para garantir sua viabilidade e alinhamento estratégico.

4. CRONOGRAMA DE ENTREGAS

| Perfil: Consultoria – Descritivo da vaga Parcela/Descritivo | Data para Entrega | Valor das Atividades |
|--|--|-----------------------|
| Produto 1 – Documento técnico contendo proposta esquemática e definição de perfis, atribuições e responsabilidade para a estrutura de governança federativa para a DIPEEI/SECADI/MEC. | 66 dias contados a partir da data de assinatura do contrato | R\$ 35.000,00 |
| Produto 2 – Documento técnico contendo proposta esquemática e definição de perfis, atribuições e responsabilidade para a estrutura de governança federativa para a DIPECEA/SECADI/MEC. | 132 dias contados a partir da data de assinatura do contrato | R\$ 35.500,00 |
| Produto 3 – Documento técnico contendo manual de orientação para o funcionamento da estrutura de governança da PNEEI-TEE. | 198 dias contados a partir da data de assinatura do contrato | R\$ 34.000,00 |
| Produto 4 – Documento técnico contendo manual de orientação para o funcionamento da estrutura de governança do Pronacampo. | 264 dias contados a partir da data de assinatura do contrato | R\$ 36.500,00 |
| Produto 5 – Documento Técnico contendo o portfólio de documentos oficiais a serem compartilhados com os atores da governança do PNEEI-TEE e Pronacampo, além de proposta de Cronograma Formativo e de atividades para cada uma das redes de governança. | 330 dias contados a partir da data de assinatura do contrato | R\$ 38.520,00 |
| VALOR TOTAL | | R\$ 179.520,00 |

5. INSUMOS

Caso haja necessidade, poderão ser emitidas passagens e realizado o pagamento de diárias para o(a) consultor(a), com o objetivo de coletar subsídios para a elaboração dos produtos.

Deve-se levar em consideração 1) antecedência prévia de 20 dias para a solicitação da missão; 2) seguimento das regras UNESCO para viagens; e 3) verificação de orçamento disponível pelo presente projeto.

6. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1. OBRIGATÓRIOS

a) Formação Acadêmica:

- Graduação em Administração Pública ou áreas correlatas;
- Doutorado em Administração ou áreas correlatas.

b) Experiência Profissional:

- Experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em elaboração de diagnósticos, desenho, planejamento estratégico, implementação de políticas públicas, projetos sobre governança federativa programas e/ou projetos educacionais, com experiência comprovada em governança federativa educacional.

c) Habilidades e competências:

- Ter conhecimento acerca da Legislação da educação básica.
- Ter conhecimento sobre programas e ações da SECADI.
- Ter conhecimento sobre o pacto federativo na educação.

6.2. DESEJÁVEIS

- Experiência profissional com o Plano de Ações Articuladas (PAR).

7. TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

| Qualificação e Experiência | | | | |
|----------------------------|----------------------------|--|---|----|
| 1 | Qualificação do candidato | É <u>obrigatório</u> que possua Graduação em Administração Pública ou áreas correlatas. É <u>obrigatório</u> que possua doutorado em Administração ou áreas correlatas. | [100%] 30 pontos: Graduação e doutorado em Administração ou áreas correlatas. | 30 |
| 2 | Experiência Profissional | Experiência profissional mínima de 5 (cinco) anos em elaboração de diagnósticos, desenho, planejamento estratégico, implementação de políticas públicas, projetos sobre governança federativa programas e/ou projetos educacionais, com experiência comprovada em governança federativa educacional. | [100%] 30 pontos: 8 anos ou mais de experiência [95%] 28,5 pontos: 6 a 7 anos de experiência [90%] 27 pontos: 5 anos de experiência | 30 |
| | | Desejável ter Experiência profissional com o Plano de Ações Articuladas (PAR) | [100%] 10 pontos: possui experiência com o PAR. | 10 |
| 3 | Habilidades e competências | Ter conhecimento acerca da Legislação da educação básica. | [100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [50%] 5 pontos: Boa evidência de que atende | 10 |

| Qualificação e Experiência | | | | |
|----------------------------|--|--|---|-----|
| | | | ao requisito. [0%] 0 pontos: não atende ao requisito. | |
| | | Ter conhecimento sobre programas e ações da SECADI. | [100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [50%] 5 pontos: Boa evidência de que atende ao requisito. [0%] 0 pontos: não atende ao requisito. | 10 |
| | | Ter conhecimento sobre o pacto federativo na educação. | [100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [50%] 5 pontos: Boa evidência de que atende ao requisito. [0%] 0 pontos: não atende ao requisito. | 10 |
| TOTAL DE PONTOS | | | | 100 |

8. PROCESSO SELETIVO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O Processo Seletivo Simplificado – PSS de que trata este TR consistirá das seguintes fases: análise curricular eliminatória, análise da documentação comprobatória eliminatória e classificatória e entrevista classificatória.

- Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital.
- Os currículos precisam, **obrigatoriamente**, ser vinculados ao edital ao qual o candidato deseja concorrer e as atualizações, caso ocorram, também deverão ser vinculadas ao edital, dentro do prazo de inscrição previsto, sob pena de desclassificação.
- Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.
- Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- Será solicitado aos candidatos que atenderem aos requisitos mínimos exigidos no edital o envio da documentação comprobatória da formação acadêmica e da experiência profissional, observado o prazo de 3 dias úteis.
- Serão convidados para a etapa de 5 (cinco) candidatos, por vaga, com as maiores notas avaliadas nos currículos com comprovação documental.
- O convite para a entrevista será encaminhado por e-mail.
- O candidato que no prazo de 2 dias úteis não confirmar sua participação nessa etapa do PSS será considerado desistente.
- As entrevistas serão por aplicativo Microsoft Teams em data e horário definidos pela Comissão de Seleção. As entrevistas poderão ser gravadas.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Caso haja empate entre os candidatos, serão considerados os itens abaixo para o desempate:

- Em caso de empate, o candidato com melhor desempenho na fase da entrevista será selecionado. A avaliação da entrevista leva em consideração os seguintes aspectos: clareza, segurança e objetividade nas respostas.
- Persistindo o empate, o candidato com o maior tempo de experiência profissional, referente ao subitem b) do item 6.1, será o escolhido.

10. **LOCAL DE TRABALHO**

Território Nacional.

Assinado eletronicamente

LUCAS FERNANDES HOOGERBRUGGE

Chefe de Gabinete

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Hoogerbrugge, Chefe de Gabinete**, em 06/03/2025, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5633395** e o código CRC **7B84E661**.